



## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 06/21-25** **SESSÃO ORDINÁRIA** **2022/04/28**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

No seguimento o Senhor Presidente prestou dois esclarecimentos à Assembleia e disse que *“por vontade expressa do Sr. Deputado Jorge Nande, da Coligação “O Concelho em Primeiro”, não estamos autorizados a gravar e transmitir as suas intervenções (som e imagem)”*.

Informou que aquando da intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, a emissão será interrompida com a colocação da legenda *“por vontade expressa do Sr. Deputado Jorge Nande, da Coligação “O Concelho em Primeiro”, não estamos autorizados a gravar e transmitir as suas intervenções”*. *“Retomaremos a transmissão em direto finda a sua intervenção”*.

Disse ainda que não havendo acordo no conselho de representantes, relativamente aos tempos no período antes da ordem do dia. Este, será de uma hora, e o acordo que existia entre cavalheiros deixará de existir, irão seguir o regimento, o que significa que o tempo restante da apresentação de moções e outros, irá ser dividido pelas inscrições que houver de cada grupo.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luís Filipe da Silva Matias.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Isabel Maria Porto Felicíssimo.
- Ricardo Jorge Rodrigues da Cunha, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituído por José Valdemar Vieira.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pela Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Maria Isabel Dias Lopes, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Sónia Celeste Rodrigues Fernandes, a qual faltou.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**



## Assembleia Municipal de Caminha

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro 2022;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2021;
- d) – Alteração Modificativa ao Orçamento;
- e) – Pagamento em Prestações da Execução Fiscal da Dívida à ADSE – Instituto Público de Gestão Participada;
- f) – Protocolo de Cooperação Financeira entre a Câmara Municipal de Caminha e a ADAM- Águas do Alto Minho para realização das empreitadas de construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas no Município de Caminha no âmbito do aviso de concurso n.º 05/REACT-EU/2021;
- g) – Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

-----



## Assembleia Municipal de Caminha

### 1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto de intervenção do público usou da palavra **em representação da CPCJ de Caminha** a senhora **Joana Sampaio**, com o assunto, abril “Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância” e “Movimento Laço Azul”. -----

Manifestou em nome da CPCJ de Caminha o pesar pelo falecimento do comissário Senhor Professor Luciano Santos. -----

Por fim, passou um Conto Infantil trabalhado ao longo deste mês nos estabelecimentos do nosso Concelho. (áudio 10.15 e 30.40 minutos da “1.ª gravação”). -----

### 2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que chegaram à mesa três Votos de Pesar, em nome de Guilherme Cesário Lagido Domingos, apresentado pela Assembleia Municipal de Caminha, outro em nome de Luciano Maria Reis Lima Santos, apresentado pela coligação “O Concelho em Primeiro”, e um outro em nome de José Manuel Rodrigues Vieira, apresentado pelo Bloco de Esquerda, e duas Moções, “25 de Abril e 1.º de Maio”, apresentada pela Coligação Democrática Unitária, e “Saudação ao 1.º de Maio” apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, leu o Voto de Pesar em nome de Guilherme Cesário Lagido Domingos e disse que foi elaborado pelo Bloco de Esquerda e subscrito por todos os grupos políticos;



## Assembleia Municipal de Caminha

"Faleceu no passado dia 1 de março, em Vila Praia de Âncora, o Dr. Guilherme Cesário Lagido Domingos.

O Dr. Guilherme Lagido deixou um legado de extraordinário valor e amplamente reconhecido no meio académico, profissional e político, com um vasto e valioso curriculum.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Caminha entre outubro de 2013 e julho de 2021.

O legado que o Dr. Lagido deixou enquanto autarca, é marcado pelo, como ele dizia, "os dois trabalhos de que me orgulho": a revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha e a classificação da Serra d'Arga.

Foi coordenador do projeto "Área de paisagem protegida de interesse regional" da Serra d'Arga.

Principal orientador do importante estudo realizado "Da Serra D'Arga à Foz do Âncora" que reúne a informação necessária para a sua classificação.

A saída da vida política, apanha-o, em pleno, na luta pela defesa da Serra D'Arga contra a exploração do lítio.

A energia colocada em defesa da Serra e da nossa comunidade.

A argumentação, a capacidade de persuasão, a riqueza dos seus conhecimentos, a sua inteligência e o seu humor, ficarão para sempre como algo inquestionavelmente valioso.

Pelo importante espólio que deixou ao Município de Caminha, pela sua carreira profissional, académica, política, empenho.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão Ordinária a 28 de abril de 2022,

Propõe:

- a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;
- b) Sugerir que a Câmara Municipal de Caminha estude a atribuição do nome do Dr. Guilherme Cesário Lagido Domingos a uma rua ou a um espaço público relevante do Concelho de Caminha.
- c) Observar um minuto de silêncio.



## Assembleia Municipal de Caminha

P'ela Assembleia Municipal de Caminha  
A Mesa da Assembleia Municipal.”

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede ao representante da coligação “O Concelho em Primeiro”, para apresentar o seu Voto de Pesar. -----

O **Senhor Deputado José Valdemar**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e leu o Voto de Pesar em nome de Luciano Maria Reis Lima Santos;

“Luciano Maria Reis Lima Santos partiu deixando-nos um rastro de bondade, amizade, companheirismo e de dedicação à causa pública.

Um homem de honra, leal aos seus princípios que exerceu as suas funções de autarca, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Riba De Âncora e membro da Assembleia Municipal de Caminha pelo Partido Social democrata, sempre com elevação e preocupação pelos problemas dos seus munícipes e fregueses.

Luciano dedicou a sua vida a ensinar os mais jovens, enquanto professor e foi também através destas funções que foi nomeado para representar o Ministério da educação na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha.

Defendeu e protegeu os mais jovens com afinco e dedicação, tendo ao longo da sua carreira feito muitos amigos que lhe reconhecem a bondade no coração, o respeito pelo próximo e a dedicação de corpo e alma aos projetos que abraçava.

Hoje, dedicamos-lhe essas palavras sentidas com toda a amizade e carinho que nos une para sempre, honrando a sua memória e perpetuando a sua nobre missão cívica nesta casa.

Um até sempre, Luciano Santos.

Assim, pela sua carreira e dedicação à causa pública, com um importante legado para todo o concelho de Caminha em especial para a freguesia de Riba de Âncora e tendo sido deputado municipal, os abaixo-assinados propõem que



## Assembleia Municipal de Caminha

a Assembleia Municipal de Caminha, na sua reunião no dia 28 de abril de 2022, delibera:

- a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;
- b) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.”

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes e aqueles que nos seguem de casa, e subscreve em nome da CDU o voto de pesar. (áudio 38.00 e 38.50 minutos da “1.ª gravação”). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede ao representante do Bloco de Esquerda, para apresentar o seu Voto de Pesar. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e leu o Voto de Pesar em nome de José Manuel Rodrigues Vieira.

“Faleceu no passado 10 de março o remador Olímpico conhecido carinhosamente entre os seus amigos e colegas do Sporting Clube Caminhense como “o Faísca”.

José Manuel Rodrigues Vieira era o último sobrevivente de um ciclo de atletas do clube desportivo de referência do concelho de Caminha e que teve como epicentro a representação nos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, com o Shell de Quatro com timoneiro.

Foi durante 10 anos remador do Sporting Club Caminhense, tendo, juntamente com os seus camaradas conquistado a Taça Salazar em 1959 e participado nos campeonatos da europa de Macon no mesmo ano.

Remou no Campeonato do Mundo de Lucerna.

Participou nas regatas luso-brasileiras e luso-espanholas.

Conquistou campeonatos nacionais em Shell/4+ e Shell/8 na década 50 e 60.



## Assembleia Municipal de Caminha

O Sporting Clube Caminhense é um clube com uma história rica e os remadores que por lá passaram levaram o nome de Caminha a todo o lado, num grau de excelência.

A dedicação ao desporto e a uma vida sadia é uma mensagem que importa passar a todos e especialmente às gerações mais novas, dando relevo às vidas daqueles cuja dedicação ao desporto se tornou relevante para a comunidade e contribuíram para elevar o nome do Concelho de Caminha.

Esta singela homenagem da Assembleia Municipal de Caminha, é, ao “Faísca” e simultaneamente a toda a equipa que com ele eternizará uma época de “ouro” do Sporting Clube Caminhense: Ruy Valença (timoneiro), Ilídio Silva, José Porto e Jorge Gavinho.

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 28 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de:

Um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Rodrigues Vieira, expresso na Assembleia Municipal com um minuto de silêncio e na forma escrita à família e ao Sporting Clube Caminhense, com as mais sentidas condolências.”

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e subscreve em nome da Freguesia que representa este voto pesar. (áudio 42.21 e 42.54 minutos da “1.ª gravação), e o **Senhor Deputado José Valdemar**, subscreve na íntegra este voto de pesar em nome da coligação “O Concelho em Primeiro”. (áudio 43.21 e 43.34 minutos da “1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que esta Assembleia Municipal presta um minuto de silêncio em nome Guilherme Cesário Lagido Domingos, Luciano Maria Reis Lima Santos e José Manuel Rodrigues Vieira.



## Assembleia Municipal de Caminha

De seguida, o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís** pede ao representante do Bloco de Esquerda, para apresentar o Voto de Saudação.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, leu o Voto de Saudação ao 1º de Maio; “Esta última segunda-feira, neste mesmo local, comemoramos a Revolução do 25 de Abril, não só recordando o passado, mas apontando caminhos para o futuro.

Relativamente ao 25 de Abril, não se impõe repetir essa evocação, pelo que hoje apelamos à próxima comemoração a ocorrer no próximo domingo, a qual deveria ter a mesma relevância concedida ao 25 de Abril com a realização de atos relevantes equivalentes o que, infelizmente, não ocorre.

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos

laborais. Este dia é relembrado pelo “slogan” que ficou a ecoar na história: “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade.

Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após a Revolução do 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 Escudos; na moeda atual: 16 Euros e 50 cêntimos.



## Assembleia Municipal de Caminha

Foi também, após esta data, que se consagraram, ainda, o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas: as Comissões de Trabalhadores.

Portugal atravessa hoje um período complexo. A par dos desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras.

Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, com um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Quem pode aumentar os preços para manter o mesmo nível de lucro, aumenta, mas os trabalhadores não podem aumentar o seu salário para manter o mesmo nível salarial, embora mantenham o mesmo nível de trabalho e sejam confrontados com os aumentos, de tudo, conseqüentemente sofrendo uma efetiva desvalorização salarial, isto é, uma perda salarial; uma real diminuição do valor do salário de cada trabalhador, com todas as consequências que daí advêm, não só para os próprios, como para as suas famílias e para a comunidade.

Por isso, assinalar o 1º de Maio, para além de ser um momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, é um momento de exigir a valorização dos salários de quem trabalha, seja na função pública, seja no setor privado, porque a defesa dos salários e do emprego não constitui um benefício pessoal ou uma benesse individual, constitui um interesse coletivo e resulta num fator determinante para a recuperação económica e social de todas e de todos, isto é, de todo o país.

Perante estas graves crises económicas, os direitos dos trabalhadores vêm sendo atropelados e perdidos, pelo que, hoje, faz ainda mais sentido relembrar os direitos que foram conquistados e defender o emprego estável e um salário justo e condigno, isto é, a um salário que permita a cada trabalhador e cada trabalhadora, uma vida condigna e não o empobrecimento cada vez maior de



## Assembleia Municipal de Caminha

quem tem um emprego e de quem trabalha.

Também não podemos permitir que o eufemismo da moderna designação de “Colaborador” vingue, porque quem trabalha, troca a sua força de trabalho pelo salário e por isso, não é um mero colaborador. Aliás, no 1º de Maio não se comemora o dia Internacional do “Colaborador”, mas do “Trabalhador”, porque é esta a designação correta de quem trabalha pelo salário.

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Caminha, propõe;

1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão; por uma vida condigna.”

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, submeteu à votação a moção, a qual foi aprovada por unanimidade -----**

De seguida, o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís** pede ao representante da CDU, para apresentar a moção “25 de Abril e 1º de Maio”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, leu a moção, “25 de Abril e 1º de Maio”,

“Há 48 ano atrás, Portugal emergiu de quase meio século de ditadura fascista. Há 48 anos atrás, com o Movimento das Forças Armadas e o povo português, foi possível fazer uma revolução de pôs fim à ditadura e com ela rompeu em absoluto, levando à elaboração de uma nova Constituição da República, dando evidente identidade progressista, alicerçada nos princípios da paz.

A Revolução de Abril pôs fim à ditadura fascista e à guerra colonial, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos essenciais dos trabalhadores e dos cidadãos, promoveu mudanças positivas nos valores e mentalidades, impulsionou transformações económicas e sociais progressistas e abriu caminho à construção de um Portugal democrático. Muitas são as conquistas



## Assembleia Municipal de Caminha

que são de Abril que fazem hoje parte das nossas vidas, mas que não podem servir para branquear o fascismo, pelo esquecimento e afastamento no tempo, permitindo que ideias iguais se tornem a afirmar. Conquistas que facilmente identificamos, como a liberdade sindical, de reunião, de associação, de expressão, de imprensa, o direito à greve, a participação em eleições livres e livre formação de partidos políticos, o Poder Local democraticamente eleito, o salário mínimo nacional, os subsídios de férias e de Natal, o subsídio de desemprego, pensões e reformas generalizadas para todos, o direito de voto aos 18 anos, a igualdade de direitos para as mulheres, o direito à saúde, com o SNS, o direito ao ensino e à educação, entre outros. Por isso importa a cada 25 de Abril expressar o quanto a revolução o foi na profunda confrontação aos 48 anos de ditadura, marcados pela supressão das liberdades de expressão, de reunião, manifestação e associação; marcados pelas perseguições, torturas e prisão de opositores e pela guerra. 48 anos de ditadura que resumem a proibição de partidos políticos, da liberdade sindical, do direito de greve, da feroz exploração dos trabalhadores e atraso económico e social.

Por isso o trabalho e os trabalhadores portugueses encaram o 1º de Maio de forma indissociável ao 25 de Abril de 1974. O primeiro 1º de Maio vivido depois da ditadura mostrou bem o quanto os trabalhadores ansiavam pela queda de um regime que os condenou à condição miserável de explorados, alimentando uma diminuta elite privilegiada. Mas a luta dos trabalhadores havia já mostrado o quanto tinha de razão na contestação, como se verificou em 1962, em plena ditadura, confirmando que a classe engrossava a vanguarda da luta contra o regime. Mas se 1º de Maio serviu de afirmação e de poderosa jornada de resistência antifascista, também constituiu, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, a mais impressionante jornada de massas de toda a nossa história. E foi nas ruas que se confirmou o rumo popular e democrático do levantamento iniciado pelos militares de Abril, confirmando o quando a luta pela liberdade se alia à luta dos trabalhadores. Hoje o caderno reivindicativo continua extenso, é certo, e enfrenta outros desafios, nomeadamente a



## Assembleia Municipal de Caminha

consequência das lutas e a emergência no combate aos baixos salários, à precariedade, à incompatibilidade entre a vida profissional e pessoal ou familiar. Os trabalhadores enfrentam graves problemas na organização do trabalho, na gestão dos horários e em tantos outros constrangimentos, como de mobilidade, que restringem a sua emancipação e valorização profissional. No reconhecimento destes importantes marcos históricos no país e no mundo, considerando:

- 1 – os princípios basilares da Constituição da República Portuguesa, resultante do processo de libertação do país, conseguida com o 25 de Abril de 1974;
- 2 – que é imperativo não deixar submergir o que a revolução do 25 de Abril foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares;
- 3 – as deambulações no processo de descentralizar e as tentativas de subversão do princípio constitucional da regionalização administrativa;
- 4 – a proximidade do 1º Maio e das comemorações do dia do Trabalhador;
- 5 – que celebrar o 1º de Maio se associa à celebração de Abril, assinalando o seu sentido transformador e revolucionário, não permitindo que seja rasurada a memória coletiva;
- 6 – o reconhecimento do município de Caminha aos trabalhadores, de forma geral, e aos trabalhadores da área territorial do concelho, em particular, da esfera pública, privada e social;
- 7 – a oportunidade de promover o envolvimento e a união em torno das questões centrais do mundo do trabalho e dos trabalhadores, nomeadamente a necessária e urgente valorização salarial e o combate à precariedade, bem como a importância do trabalho com direitos e justiça.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 28 de abril de 2022, delibera:

- 1 – defender os princípios e valores de Abril, em defesa da Constituição da República Portuguesa;
- 2 – Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;



## Assembleia Municipal de Caminha

- 3 – Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
- 4 – Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 5 – Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;
- 6 – Saudar os trabalhadores portugueses e as comemorações do 1º de Maio, reconhecendo a identidade que o dia imprime na condição de trabalhador e na defesa dos direitos laborais;
- 7 – Apelar à mobilização de todos na celebração do 1º de Maio, afirmando a clara identificação dos órgãos autárquicos do município com os trabalhadores em geral e de forma muito particular com os trabalhadores municipais;
- 8 – Reconhecer a importância da força do trabalho no progresso da região e do país;
- 9 – Dar apoio à justa luta dos trabalhadores, em particular na valorização salarial, no combate à precariedade e na conciliação da sua vida profissional e pessoal.

Terminou a convidar as todas forças políticas a subscrever a moção.”

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, concordou com o seu principio e considerandos e todas as moções que representem o espírito de Abril e o 1.º de Maio sobre as conquistas dos trabalhadores é sempre subscrita, com a ressalva de um considerando que fala da descentralização que não leva à regionalização.(áudio 1.00.19 e 1.01.38 minutos da 1.ª gravação).

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, submeteu à votação a moção, a qual foi aprovada com 33 votos a favor e 01 abstenção.**



## Assembleia Municipal de Caminha

Inscreeveu-se para declaração de voto o **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, cumprimentou todos na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e subscreve a moção com a ressalva de quando fala ali de liberdade e direitos, devia ali estar também a condenação da guerra da Rússia contra a Ucrânia. (áudio 1.02.54 e 1.03.35 minutos da 1.ª gravação). -----

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: ----  
O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, lembrou os quatro pontos de intervenção que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora colocou na passada Assembleia Municipal de 25 de fevereiro, ao Senhor Presidente da Câmara, Dr.º Miguel Alves sobre os problemas que a obra de pavimentação e pintura das faixas de rodagem na Rua 31 de Janeiro, iriam causar aos moradores, automobilista e comerciantes dessa zona da Vila. (áudio 1.09.21 e 1.10.49 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, reconheceu a criação de duas novas Equipas de Intervenção Permanente, uma na Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora e outra na Corporação de Bombeiros Voluntários de Caminha, com a assinatura dos protocolos pelos Senhores Presidentes das mesmas Laurinda Araújo e José Casimiro Lages, com a preocupação de preservar os nossos montes, bem como de proteger as populações do flagelo dos incêndios. (áudio 1.11.20 e 1.12.40 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, manifestou e reconheceu todo o trabalho que o Concelho de Caminha tem demonstrado a vários níveis, quer de solidariedade, quer no plano humanitário, ao nível de bens, de alojamento de integração para com toda a comunidade Ucraniana que tem chegado. Referiu um convívio informal que a Câmara Municipal proporcionou a toda a comunidade Ucraniana. (áudio 1.12.59 e 1.14.18 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, evocou a inauguração da obra de requalificação da Escola Secundaria de Caminha no passado dia 11 de março, com um investimento a rondar 3.5 milhões de euros, que devolveu a dignidade àquele espaço escolar. (áudio 1.14.47 e 1.16.15 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, lembrou que no passado dia 24 de fevereiro, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, num ato de total desrespeito e afronta pelo valor da vida humana. Desde então o Município recebeu os primeiro refugiados no passado dia 6 de março, que totalizam 71 pessoas num total de 27 famílias acolhidas e todas com inscrição no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com pedido de Proteção Temporária.

Existem ainda ativas 7 manifestações de interesse para se instalarem no Concelho.

Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, sobre que medidas em específico estão a ser levadas para que se possa assegurar todas as condições necessárias à autonomização e estruturação destas famílias, nomeadamente às situações de emprego de alguns destes refugiados. (áudio 1.16.46 e 1.18.14 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Almeida**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, saudou o regresso das andainas/ caminhadas organizadas entre o Município de Caminha e o Concelho de A Guarda. São eventos importantes na divulgação do nosso território, no incentivo ao diálogo e partilha entre a população, e também é um incentivo ao exercício físico.

Para terminar, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que sendo este um evento organizado entre o Concelho de A Guarda para que dê nota de como está o processo do Ferryboat. (áudio 1.18.34 e 1.19.49 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Dem, Hugo Afonso**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, solicitou apoio Financeiro ao Município para a realização de uma intervenção profunda na Rua da Calçada. Chamou a atenção do Município para a questão da iluminação pública da sua freguesia. (áudio 1.20.16 e 1.21.12 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, lembrou que a educação tem sido uma aposta deste governo municipal socialista e o Concelho de Caminha com o apoio do Governo conseguiu o maior investimento das últimas décadas para requalificar o parque escolar. Em 2020 arrancou com a obra da Escola Básica de Vila Praia de Âncora e a nova sede para a Academia de Música Fernandes Fão. Pergunta ao Senhor Presidente para quando está previsto o término destas obras. (áudio 1.21.30 e 1.22.40 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Tesoureira da União de Freguesias de Moledo/Cristelo, Maria Goreti Verde**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, agradeceu as obras nas redes de águas domiciliárias e redes de saneamento que estão a decorrer em várias artérias da freguesia.



## Assembleia Municipal de Caminha

Congratula o Município, porque finalmente vai dar sequência à demolição da “Pala” existente no parque de estacionamento da praia. (áudio 1.23.00 e 1.24.31 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, congratula o Município de Caminha, pela iniciativa que levou no passado dia 12 de março a Lanhelas, o projeto “Dinâmicas Jovens”. Esta é iniciativa que integra os jovens no processo de pensar o futuro e, salienta que é importante manter este projeto e reproduzir as sessões por forma a que os jovens tenham mais interesse na vida do Concelho. (áudio 1.25.00 e 1.25.48 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Argela, Sandra Ranhada**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, congratula a obra desenvolvida em parceria com o Município, a criação da “Incubadora Verde”. (áudio 1.26.17 e 1.27.45 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Dionísio Rua**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, mostrou-se satisfeito pela sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal.

Valorizou o Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho, competência, integridade e os valores pelos quais se revê, e por isso quer continuar a poder contar com o apoio de todo o executivo camarário. (áudio 1.28.10 e 1.29.27 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Presidente da União de Freguesias de Venade/Azevedo, Carla Loução**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, agradeceu ao executivo o investimento realizado ao longos dos últimos



## Assembleia Municipal de Caminha

anos em saneamento básico em especial nas suas freguesias Venade/Azevedo.

Solicitou a intervenção do Município junta da ADAM no sentido de concluírem o mais rapidamente as obras com as diversas correções.

Questionou o executivo sobre o desenvolvimento do projeto da ecovia que liga Caminha a Vilar de Mouros, e se já começaram a monitorizar a qualidade da água no “Pego” com vista à criação de uma praia fluvial. (áudio 1.29.46 e 1.31.12 minutos da 1.ª gravação). -----

**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, perguntou ao executivo sobre a situação de duas obras que estão a decorrer na sua freguesia, sendo uma a requalificação da Marginal de Caminha, para quando está previsto o seu término, e uma outra, a obra do Mercado de Caminha, uma obra muito emblemática para todos, e gostava de saber o seu ponto de situação.

Cumprimentou o Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, pelo sarau que realizaram, pela nova forma de encarar o ensino. (áudio 1.31.40 e 1.33.10 minutos da 1.ª gravação). -----

**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar/ Orbacém, José Manuel Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, agradeceu o apoio prestado à Câmara Municipal de Caminha na 5.ª Edição do Trail do Pote, que contou com 800 participantes no passado 27 de março, organização conjunta com a Freguesia de Gondar/ Orbacém e a Associação de Trail Running Gondarense. (áudio 1.33.31 e 1.34.49 minutos da 1.ª gravação). -----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse que tem em memória o passado dia 25 de abril, na defesa da



## Assembleia Municipal de Caminha

liberdade de expressão, pela defesa das freguesias que representam, e aquilo que hoje ali se está a passar é exatamente o contrario ao cortar a palavra ao povo e àqueles que defendem as suas freguesias, estão a criar na Assembleia Municipal a “Lei da Rolha”. (áudio 1.35.08 e 1.35.47 minutos da 1.ª gravação). ----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, deu quatro notas sendo a primeira para dar parabéns à Câmara Municipal, porque finalmente tem responsável de Proteção de Dados. Tem concurso público para o Plano Municipal de Proteção Civil. Existe relatório da oposição. Atas da Assembleia completamente distintas a partir da alteração que propuseram sobre a gravação das Assembleias. E, tem todo o Partido Socialista a falar. (áudio 1.36.12 e 1.37.14 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, deu nota de 2 questões, sendo uma ao Senhor Presidente da Mesa, relativamente ao horário desta Assembleia que muitas vezes não se coaduna com responsabilidades familiares e horário de trabalho. E, uma outra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que sendo a sua bandeira política o turismo, pergunta se tem prevista alguma obra para a Av.ª Dr.º Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora. (áudio 1.37.34 e 1.38.32 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, apelou à pessoa que vai intervir a seguir que prescindia da sua intervenção a favor dele.

- Disse que já é a segunda vez que é destrutado pelo Partido Socialista, uma no anterior mandato que o acusaram de “desonesto” e agora pela Senhora Deputada Paula Aldeia que o chamou de “mentiroso”, pelo que pede a defesa da honra. (áudio 1.38.57 e 1.41.18 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, em forma de esclarecimento disse ao Senhor Deputado que não tinha razão, porque não podia usar o tempo de outro representante.

- Que não lhe concedia neste ponto a defesa da honra, mas, lhe permitia fazer no final da intervenção.

A **Senhora Isabel Felicíssimo, em representação da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros**, prescindiu-o da palavra.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse que a sua intervenção vem no seguimento daquilo que hoje ali se está a passar na Assembleia Municipal, o qual é fruto daquilo que foi imposto pelo representante da coligação "O Concelho em Primeiro" na conferencia de líderes. **(áudio 1.41.48 e 1.42.51 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, em resposta às intervenções que ali fizeram, começou a dar resposta à Senhora Deputada Paula Aldeia, Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e ao Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, e disse que as imposições impostas pelas bancada da coligação de direita, vem degradar o debate público nesta Assembleia e a democracia internamente. **(áudio 1.44.12 e 1.45.24 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Em resposta à intervenção da Senhora Paula Almeida, disse que a matéria do Ferryboat preocupa o executivo, carece de um estudo técnico, que será demorado e já está agendada uma reunião para o dia 5 de maio, em Santiago de Compostela com os diversos organismos Espanhóis **(áudio 1.45.46 e 1.46.55 minutos da 1.ª gravação)**. -----



## Assembleia Municipal de Caminha

Em resposta às intervenções dos Senhores Deputados Hugo Martins e Renata Monteiro, sobre o acolhimento dos cidadãos Ucrrianos, começou por agradecer a todas instituições e a todos que tem colaborado de uma forma particular num movimento que tem demonstrado como o Concelho de Caminha sabe acolher.

Caminha é o segundo Concelho do distrito de Viana do Castelo com mais cidadãos acolhidos, num total de 71 pessoas e 27 famílias.

Existem 32 inscrições na CoopEtape para aprender a falar Português, e também já estão integradas no ensino 17 crianças, e a Câmara Municipal está a dar resposta àquela que é uma situação trágica do povo Ucrriano. **(áudio 1.46.57 e 1.49.48 minutos da 1.ª gravação).** -----

Saúda as intervenções sobre as escolas, e disse relativamente à Escola do Vale do Âncora e à futura sede da Academia Fernandes Fão que a expectativa do executivo é que esta obra possa estar concluída este Verão e o próximo ano letivo já haverá um novo espaço. Quanto à Escola de Caminha, houve o momento de inauguração a escola está a ser usufruída, este era um projeto que não existia, o financiamento não se conseguia, era uma vontade politica que não passava das margens do coura, e quando chegou à Câmara de Caminha houve uma mobilização conjunta com o Agrupamento e Junta de Freguesia para conseguir uma obra que hoje se encontra no terreno e está a servir a população. **(áudio 1.49.50 e 1.51.54 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Vítor Brás, quanto às Equipas de Intervenção, disse que há 4 anos não existia nenhuma Equipa de Intervenção nas corporações do bombeiros do Concelho, hoje existem 4 equipas, duas nos Bombeiros Voluntários de Caminha e outras duas nos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, a Câmara Municipal paga 50% dos salários, trata-se de um esforço de 170 mil euros, o que vai dar um aumento da despesa. **(áudio 1.51.59 e 1.52.52 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias, disse que as obras de pavimentação não



## Assembleia Municipal de Caminha

foram alterar nenhuma postura de transito e foi cumprida a legislação por parte do Município de Caminha. Houve uma reunião na Câmara Municipal com os comerciantes da Rua 5 de Outubro, onde foi discutida uma proposta a qual já foi despachada para a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora para dar o seu parecer, e dessa forma se encontrar uma solução para aquela via. **(áudio 1.52.53 e 1.54.22 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Dem, Hugo Afonso, disse que terão que discutir essa solução para a Rua da Calçada. **(áudio 1.54.25 e 1.54.38 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Agradeceu as palavras elogiosas da Senhora Representante da União de Freguesias de Moledo/Cristelo relativamente às obras que estão a decorrer na sua freguesia, sendo que a retirada da “pala” no parque de estacionamento junto à praia não estava prevista em nenhum caderno eleitoral, mas, terá que ser retirada. **(áudio 1.54.39 e 1.55.50 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Saúda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, pela menção que fez ao projeto “Dinâmicas Jovens”. **(áudio 1.55.51 e 1.56.10 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Argela, agradeceu os elogios que fez ao executivo e disse que a Incubadora Verde está quase pronta e existe um projeto com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo aonde se vai criar riqueza, e também se irá criar um centro novo de dinamismo na freguesia de Argela. **(áudio 1.56.13 e 1.56.38 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Relativamente à intervenção que fez o Senhor Presidente de Junta de Seixas, disse que o executivo está sempre disponível para apresentar soluções, e ainda hoje vão ali aprovar algumas obras para a freguesia de Seixas. **(áudio 1.56.39 e 1.56.54 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da União de Freguesias de Venade/Azevedo, disse que comunga com a sua insatisfação das ruas da sua freguesia estarem em mau estado, mas, a ideia é que quando estas obras do



## Assembleia Municipal de Caminha

subsolo forem concluídas, os arruamentos irão ser melhorados, tem que se ter um pouco de esperança e paciência.

Quanto à Ecovia de Caminha a Vilar de Mouros, disse que o projeto de financiamento já foi aprovado no montante de 1.500 mil euros e está garantido para essa ecovia. A água do “Pego”, está a ser analisada e tem que se aguardar três anos para se poder criar uma praia fluvial, no entanto hoje receberam a notícia que o Concelho de Caminha obteve 5 Bandeiras Azuis valorizando um trabalho consolidado no Concelho de Caminha. **(áudio 1.56.55 e 1.58.36 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, disse que a obra da ecovia já devia estar pronta, não houve muita sorte com o empreiteiro, mas este foi o que apresentou melhor preço dentro das exigências do concurso, mas, julga que esta obra irá concluir brevemente.

Quanto ao Mercado Municipal de Caminha, disse que a obra irá demorar mais um pouco na sua conclusão, no entanto julga que estará pronto para julho. **(áudio 1.58.37 e 2.00.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente á intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar/Orbacém, disse que o Trail do Pote é o reflexo do trabalho conjunto de uma Junta de Freguesia, de uma Associação e de uma Câmara Municipal. E, quando falam que a Câmara gasta muito dinheiro em festas e festinhas dá como exemplo o Trail do Pote para a freguesia de Gondar e Orbacém naquele dia e como o nome do Concelho de Caminha fica associado àquela iniciativa. **(áudio 2.00.09 e 2.00.50 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes, disse que o viaduto da Cruz Velha vai sofrer uma intervenção.

Quanto à Av.ª Dr.º Ramos Pereira, disse que o Município não tem nada previsto sobre esses socalcos que mencionou, mas, será uma matéria que abordará com a Junta de Freguesia e deverão encontrar uma solução. **(áudio 2.00.52 e 2.01.56 minutos da 1.ª gravação).** -----



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, agradeceu os elogios que fez à ação da Câmara Municipal. (áudio 2.01.57 e 2.02.02 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs a réplica.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse o regimento desta Assembleia é bem claro no seu n.º 1 e 2, do artigo n.º 22, e da alínea a) a h), do n.º 1, do artigo n.º 25. Disse ainda que o Senhor Presidente aceitou os parabéns da coligação ainda com a ironia que os levou. (áudio 2.02.49 e 2.05.40 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a urbanidade no trato a elevação que lhe tem prestado nesta assembleia não tem eco no Partido Socialista e já é a segunda vez que isso acontece com a cobertura dos Senhores Presidentes da Mesa da Assembleia Municipal.

Recorda o Senhor Presidente em relação à Av.º Dr.º Ramos Pereira que a CDU já vem dando nota há muito tempo da necessidade de uma intervenção de fundo nessa artéria. (áudio 2.06.07 e 2.09.06 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que o Senhor Presidente hoje teve uma bancada a dar elogios às obras realizadas.

Referiu em relação aos tempos correspondentes a cada Deputado a coligação "O Concelho em Primeiro", não deve ser culpado, porque estiveram de acordo com aquilo que o Regimento diz.

Disse ainda ao Senhor Presidente que se gastou dinheiro a mais na Marginal de Caminha. Se os resguardos vão ser colocados. Como foi possível baixar a cota no final da obra. (áudio 2.09.22 e 2.12.25 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que depois de efetuadas as inscrições para a réplica é que aparecem Deputados para se inscrever, no entanto, quando se invoca o Regimento, este dever ser respeitado como refere o n.º 3 do artigo 22.º do mesmo. (áudio 2.13.46 e 2.14.17 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, que o canal da ecovia da obra da Marginal de Caminha, vai sofrendo ligeiras alterações de nível de altura de sul para norte, porque o perfil da estrada não é homogéneo e essa foi a melhor solução encontrada.

Relativamente ao investimento realizado, disse que estas são obras que custam sempre muito dinheiro, mais do que aquilo que se pretende gastar.

Quanto aos resguardos que mencionou, disse que estes não estão contemplados no caderno de encargos desta obra, mas, o executivo está a ponderar fazer uma intervenção que vá contemplar essa proteção. (áudio 2.14.37 e 2.19.54 minutos da 1.ª gravação). -----

### **3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, realçou a inauguração da Escola Básica e Secundária de Caminha e, sendo uma importante obra que há anos se ansiava.

No passado dia 29 de outubro de 2021, há seis meses, dirigiram uma comunicação à direção do Agrupamento de Escolas do Concelho, relativamente à necessidade de proteção dos alunos daquela Escola de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, alertando que após as sete e meia da manhã, antes da abertura da escola, veem algumas crianças deixadas à porta da escola.

Apela hoje ao executivo camarário para a necessidade de encontrar uma solução de proteção e abrigo para essas crianças que se veem obrigadas a aguardar na rua a abertura da escola às 8 horas. **(áudio 2.38.19 e 2.42.00 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou que nas futuras visitas a obras, para que lhes deem mais alguns detalhes dos principais resultados dessas visitas que fazem.

Estranhou que não tenha aparecido nestas informações a questão do “Portinho de Vila Praia de Âncora”.

Quanto às escolas tem uma questão que os preocupa, que são as disponibilidades com ofertas educativas das mesmas, pois já deveriam estar pensadas. E, existe algo essencial que deve existir nas escolas públicas, pois deveria existir pelo menos uma oferta de ensino profissional, nomeadamente ali em Vila Praia de Âncora, porque vai ao encontro daquilo que é a vontade do aluno e das famílias. **(áudio 2.42.29 e 2.47.20 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes**, disse que a informação financeira é obrigatória, mas, a dívida continua alta e, continua incompleta, falta a evolução da despesa e da receita. Falta a ficha do Município emitida pela DGAL. Os prazos médios de pagamento continuam a 240 dias? Deve incluir a dívida total de 23 milhões. Pelo que é insuficiente e impossível de fazer uma avaliação adequada financeira do município.

A coligação “O Concelho em Primeiro” pede que na próxima Assembleia Municipal seja prestada uma informação financeira mais detalhada. **(áudio 2.47.42 e 2.50.06 minutos da 1.ª gravação)**. -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que de acordo com o n.º4 do art.º35 da Lei 75/2013, deve constar o saldo e o estado das dividas a fornecedores, reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais e, de acordo com a alínea h), n.º 1 do art.º29 da citada Lei, que se não for cumprido esse dever, o Senhor Presidente da Mesa de acordo com alínea k) do mesmo artigo deve comunicar à Assembleia Municipal a recusa dessa informação por parte da Câmara Municipal.

Solicitou ao Senhor Presidente que lhe discrimine os fornecedores aos quais a Câmara deve 6 milhões de euros? Essas faturas têm mais de 90 dias ou mais de um ano? O que são outros encargos assumidos de 7 milhões de euros?

Lembrou que no passado dia 25 de fevereiro, foi ali anunciado que um grupo privado vinha investir em Caminha, porém, não foi dito que o Município de Caminha no dia 12 de fevereiro tinha sido citada para uma execução fiscal para pagar à ADSE.

Perguntou sobre a divida às Águas do Norte, se está a ser paga e quanto se paga por mês.

Perguntou sobre a contratação pública, não consta na BaseGov, como não está na página do Município as decisões para contratar. (áudio 2.50.28 e 2.56.08 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira disse que a Câmara Municipal tem total abertura para se encontrar soluções para essa matéria. No entanto, o Concelho de Caminha é distinto de outros Concelhos, porque, tem escola a tempo inteiro e as portas estas abertas desde a 07.45horas até às 19.00horas na escola Secundária, no ensino básico abrem às 7.30horas e encerram às 19.00horas. (áudio 2.56.37 e 2.59.16 minutos da 1.ª gravação). -----

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Joaquim celestino Ribeiro, disse que fica a nota em relação às ofertas educativas e ao ensino profissional no Vale do Âncora, uma vez que em Caminha este ano letivo já



## Assembleia Municipal de Caminha

teve uma turma de ensino profissional, no entanto, terá que haver sempre um diálogo com o Agrupamento de Escolas para se encontrar melhores soluções. **(áudio 2.59.17 e 3.00.56 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhores Deputados da coligação "O Concelho de Caminha", informou que anteciparam o debate que vem a seguir sobre as contas, onde muitas matérias ali colocadas estão lá explanadas.

Quanto ao Mercado de Caminha não houve derrapagem no orçamento previsto.

Informou que sobre a informação prestada tem uma equipa de técnicos que o vão informando sobre as necessidades e aquilo que é o alcance da informação que tem que estar em cima da mesa e prestada.

A Câmara do ponto de vista da tesouraria tem que estar preparada para as necessidades que vão surgindo, como é o caso da "Pala" de Moledo e do viaduto da Cruz Velha e outros.

A Câmara tem pago aquelas que são as necessidades do seu percurso, como as dividas que vem detrás.

Informou ainda que a globalidade da dívida da Câmara tem a ver com quatro grandes credores, sendo a ADSE, PPP das Piscinas de Vila Praia de Âncora, Polis Litoral Norte e a Luságua, apesar de ter sido desmentido por um comunicado da parte da coligação, em como estava a faltar com a verdade, e as contas demonstram que existem 13 credores acima dos 5 mil euros, mas, esses 4 consomem 95% do valor que está em causa, porque a generalidade dos fornecedores do Concelho são pagos a 120 dias.

Informou também que a Câmara desde que iniciou este novo exercício já deve menos de 600 mil euros.

Quanto ao prazo médio de pagamento não consegue dizer porque o Município não consegue aceder aos ficheiros da DGAL. **(áudio 3.00.59 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação e 00.01 e 02.43 minutos da 2.ª gravação).** -----



*Celso*  
*E*

## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, sobre aquilo que perguntou e não foi respondido, como por exemplo processos judiciais em curso. Relativamente à dívida com Água do Norte, quanto está a pagar. Se existe alguma base em suporte de papel para introduzir os dados na plataforma DAGAL. (áudio 03.12 e 04.51 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que esta forma de trabalhar e de interpelar não consegue ser esclarecedor, com esta bateria de perguntas tem dificuldade em saber quantos processos judiciais estão em curso. Mas, essa informação foi dada à coligação bem há pouco tempo, e existe uma descrição de todos os processos que estão em curso, no entanto, são processo judiciais ligados a questões urbanísticas, e ainda existem processos a decorrer anteriores a 2013 e os últimos processos judiciais são intentados pelo Senhor Deputado contra o Município.

Informou ainda que o Município está a pagar a dívida da água.

Informou também que a informação que recebe da parte dos técnicos da Câmara. E, hoje não é possível aferir o prazo medio de pagamento. (áudio 05.10 e 08.23 minutos da 2.ª gravação). -----

### **b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro 2022**

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 25 de fevereiro 2022**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, informou algumas situações, as quais foram corrigidas.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário, com as devidas correções.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

Neste período da ordem de trabalhos o Senhor Deputado Narciso Correio, ausentou-se da sala.

### c) - Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2021

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2021”.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, informou que a sociedade de revisores oficiais de contas que auditou as contas que ali se apresentam, refere que as demonstrações financeiras apresentam reservas que passou a citar: “*de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira*”



## Assembleia Municipal de Caminha

do Município de Caminha a 31 de dezembro de 2021, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas”(...)

“O município ainda não implementou procedimentos que permitam assegurar um controlo sistemático e regular da existência, avaliação de capacidade de uso e valorização contabilística dos ativos fixos tangíveis” (...)” pelo que “Tendo em conta estes factos, não nos é possível excluir a existência de erros ou deficiências e quantificar os eventuais efeitos que poderão advir da conclusão destes procedimentos e reconciliações, ao nível das rubricas dos Ativos fixos tangíveis, Gastos, reversões de depreciação e amortização e Outras variações no património líquido”(...)“é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais”(...)“O Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão; e o Município não divulgou as razões para essa ausência”.

Assim, face as reservas expostas pela entidade que efetuou a auditoria, apontando algumas omissões que podem constituir e resultar em surpresas negativas, vão optar pela abstenção. (áudio 11.07 e 16.02 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, informou que estas análises gerais às contas apresentam reservas pela entidade que efetuou a auditoria;

Não cumpre com as regras previstas na NCP 27, que visam dar mais transparência às contas;

Não faz um espelho da evolução daquilo que são os diferentes critérios e fatores da economia do Município;

Não é absolutamente transparente e é evidenciado num parecer de um Roque. (áudio 16.36 e 21.34 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes**, informou que análise à prestação de contas 2021, que o passivo do Município tem aumentos; que as



## Assembleia Municipal de Caminha

famílias e as empresas pagaram mais impostos; que o estado em 2021 deu mais dinheiro ao Município, pelo que pergunta, qual foi o retorno dos 125 mil euros dados à Fundação de Serralves? Vai pagar à Luságua? Foi aprovado uma cessão de créditos ao Banco Europeu de Investimento, relativa à dívida de água, mas, no relatório não foi possível vislumbrar qualquer menção a esse facto?

Em resumo o passivo aumentou, a dívida é de 23 milhões. Estes são os verdadeiros números. (áudio 21.52 e 26.06 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que este exercício apresenta um resultado líquido positivo, de 1.537.892,78 € com uma execução de receita de 22.820.317 € e de despesa de 22.218.458,11 €. Estes números refletem a recuperação na receita corrente cobrada face a 2020 e um crescimento ao longo dos últimos 3 anos nas receitas de capital cobradas. É, um documento que mostra de forma evidente o impacto da falta de receita gerada pela decisão de abandonar a água, passando de uma receita de mais de 1,5 M€ em 2019, para os 22€, em 2021.

É, um documento que em termos de apresentação tem evoluído constantemente no que respeita à sua apresentação. O relatório de gestão cumpre com o essencial das normas.

Na certificação é reiterado o reconhecimento de que o Município de Caminha, e passou a citar; *“O Município de Caminha ainda não implementou procedimentos que permitam assegurar um controlo sistemático e regular da existência, avaliação de capacidade de uso e valorização contabilística dos ativos fixos tangíveis, incluindo os efeitos do ajustamento na vida útil atribuída aos imóveis, procedimento associado à transição para o normativo SNC-AP, bem como assegurar uma adequada correspondência entre os registos matriciais, os registos prediais e os registos financeiros relativos aos imóveis do Município. Tendo em conta estes factos, não nos é possível excluir a existência de erros ou deficiências e quantificar os eventuais efeitos que poderão advir.”*



## Assembleia Municipal de Caminha

Esta é uma matéria que se enquadra numa solicitação antiga da CDU, já desde o primeiro mandato.

Já não é apenas a apreciação política, mas também a técnica que o exigem e é importante que nos sejam dadas respostas das razões impeditivas de desenvolver os procedimentos necessários a dar cumprimento a esta matéria, e passou a citar” *O Relatório de Gestão não incluiu as divulgações previstas na NCP 27- Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para essa ausência.*” procurando sempre suporte na validação pela certificação legal das contas, é importante que nos seja explicado o alcance da informação registada pelo certificador, porquanto esta pode comprometer a decisão que aqui tomaremos. **(áudio 26.30 e 31.53 minutos da 2.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que as contas que se apresentam são positivas e equilibradas.

Este documento dá a perceção real do trabalho autárquico.

É um documento que não obriga apenas a leituras técnicas, mas, também a leituras políticas que é a base da apreciação nesta Assembleia.

A receita obtém-se através de impostos diretos e transferências do Estado, a qual aumentou em 2021 no valor de 575 mil euros, mais 46,36% relativamente ao ano anterior.

Relativamente aos Fundos Comunitários, estes contribuíram para a receita em obra mais de 5 milhões de euros.

A despesa apesar de todas as dificuldades, 2021 atingiu mais de 70 milhões 700mil euros, ou seja, mais 68,80% em investimento municipal face ao ano anterior.

Diminuição do pagamento de juros à Banca, do serviço da dívida e subida das transferências feitas para as instituições e famílias.

Compra de bens, mais uma vez esta rubrica desceu.



## Assembleia Municipal de Caminha

2021 é fechado com um saldo positivo de mais de 607.00 mil euros, sendo este o terceiro ano consecutivo a apresentar um resultado líquido positivo. **(áudio 32.15 e 37.03 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este documento de prestação de contas de 2021, apresenta contas muito positivas, equilibradas e adequadas ao momento que foi vivido.

A Câmara Municipal de Caminha continua a gerir com muitas dificuldades, tem heranças do passado que continuam a consumir grande parte do seu esforço – caso dos empréstimos bancários, da PPP das piscinas de Vila Praia de Âncora e da sombra dos processos judiciais em curso por causa de factos anteriores a 2013.

De acordo com a proposta de Relatório e Contas, a Câmara Municipal de Caminha arrecadou € 22.403.763,24 milhões de euros em 2021 e pagou € 22.218.458,11 milhões de euros no mesmo ano, tendo gerado a sua execução orçamental um saldo positivo de € 607.598,25 mil euros.

A execução da receita total foi de 86,43% e a execução da despesa total foi de 84,15%, valores que são dos mais altos dos últimos anos.

A Câmara Municipal de Caminha teve um resultado líquido de exercício positivo de € 1.537.892,78 euros. É a terceira vez que acontece um resultado líquido de exercício, algo que já não acontecia desde 2009.

O Governo em 2021 manteve a suspensão do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental de modo a que as autarquias tivessem capacidade de resposta à pandemia. A autarquia de Caminha cumpriu, mais uma vez, com o princípio do equilíbrio orçamental, ou seja, a soma da despesa corrente paga e das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo foram inferiores à receita corrente cobrada.

Excelente execução quer da Receita Corrente, quer da Receita de Capital.

A Receita Corrente teve uma execução de 101,17%



## Assembleia Municipal de Caminha

A execução da receita corrente sustentou-se em dois fatores positivos e essenciais, o incremento da receita fiscal e a subida das transferências e subsídios correntes dados à Câmara.

O IMI manteve a sua receita (subiu 0,84% apenas) e a receita do IVA diminuiu 12,77% (também efeito pandémico, sobretudo no Turismo)

O IMT (Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) que cresceu 575 mil euros em 2021, crescendo 46,36% relativamente ao ano anterior, desmentindo todas as teses catastrofistas da Oposição relativamente à dinâmica económica e urbana do Concelho.

A Câmara recebeu 13,3% das receitas em transferências e subsídios, ela está sustentada em receita devida por conta da descentralização de competências e o incremento da receita do FEF.

A Receita de Capital cresceu 89,92 relativamente ao ano de 2020.

Em 2021, através de obra, mais de 5 milhões de euros vindos do Estado ou dos Fundos Comunitários.

Excelente execução da despesa corrente (86,04%) e da despesa de capital (80,83% - 7.7 milhões de euros).

A despesa corrente está em linha com 2020, com duas exceções mais notórias em sentido contrário: a diminuição do pagamento de juros á banca, do serviço da dívida (28,86%) e a subida das transferências correntes feitas para as diversas instituições ou famílias que apoiamos ao longo do ano (+9,56%)

Na Aquisição de Bens nada a assinalar para além da continua descida da despesa (-14,51%).

Na Aquisição de Serviços há uma ligeira subida de 4,26% (+ 237 mil euros) sustentada nas rubricas da locação de edifícios, na contratação de projetos como o caso da Estratégia Local de Habitação ou Polis), na vigilância e segurança com o apoio dada na contratação de nadadores salvadores e nos transportes (públicos e escolares) que no ano de 2020 regressaram com regularidade ao exercício.



## Assembleia Municipal de Caminha

As despesas em investimento atingiram os €7.733.109,93 milhões de euros, um acréscimo de € 3.146.422,86 milhões de euros face a 2020, ou seja, uma subida de 68,80% em investimento municipal no Concelho de Caminha.

Destacou os projetos que foram de direta responsabilidade municipal e que tiveram uma despesa superior a 100 mil euros em 2021:

- 1 - Escola Secundária de Caminha (2.3 milhões de euros);
- 2 - Escola Básica de Vila Praia de Âncora e Academia de Música Fernandes Fão (900 mil euros)
- 4 - Mercado Municipal de Caminha (421 mil euros);
- 5 - Rua de S. João no Centro Histórico de Caminha (420 mil euros);
- 6 – Beneficiação de Espaços Públicos diversos (414 mil euros);
- 7 – Requalificação da Frente Ribeirinha de Caminha (335 mil euros);
- 8 – Construção e beneficiação de arruamentos no concelho (301 mil euros);
- 9 – Ecovia de Pedras Ruivas em Seixas (216 mil euros)
- 10 – Beneficiação e reparação de edifícios municipais (190 mil euros)
- 11 – A aquisição de software informático, incluindo para as escolas (177 mil euros)
- 12 – SKATE PARK em Vila Praia de Âncora (150 mil euros)
- 13 – Qualificação das Infraestruturas de Apoio à Náutica (115 mil euros)
- 14 – Incubadora Verde de Argela (112 mil euros)

Transferências para Juntas de Freguesia com o apoio financeiro da Câmara Municipal.

A Certificação Legal de Contas feita pelo ROC com apenas 1 reserva, que dizem respeito à dificuldade de implementação de procedimentos de avaliação contabilística de ativos fixos tangíveis.

Argumentos que o levam a pedir que possam aprovar este Relatório e Contas são:

A execução da receita foi muito boa.

A execução da despesa também.

Foi cumprido o Princípio do Equilíbrio Orçamental



## Assembleia Municipal de Caminha

O saldo de gerência a incorporar no orçamento em curso é de € 607.598,25 euros.

O Resultado de Líquido de Exercício é positivo em € 1.537.892,78 euros, positivo pelo terceiro ano consecutivo.

A dívida de curto prazo baixou.

A dívida de médio e longo prazo baixou.

A dívida à banca baixou.

A dívida total baixou.

O passivo aumento em 40 mil euros, por causa dos deferimentos que é um registo que tem a ver com as obras financiadas que não estão formalmente concluídas como é o caso da Escola Secundaria de Caminha. **(áudio 37.28 e 50.11 minutos da 2.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia disse que a estratégia está delineada, mas, trata-se de um processo longo, e é da receita que se pagam as despesas.

Este ano o Orçamento de Estado vai cortar em transferência no valor de 400 mil euros e por isso tem que se avaliar aonde se vai baixar os impostos. **(áudio 50.12 e 51.20 minutos da 2.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que fez uma avaliação correta daquilo que são as contas.

A dívida está alta, mas tem vindo a diminuir. **(áudio 51.21 e 51.51 minutos da 2.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que a intenção do Município é de cumprir as normas cada vez de forma mais clara, e a reserva resulta de todo o resto e cumprem com a legislação em vigor. **(áudio 51.52 e 52.26 minutos da 2.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado da coligação "O Concelho em Primeiro" Jorge Nande, disse que a postura dele é coerente com aquilo que tem sido ali nas Assembleias Municipais, com ataque e insultos aos técnicos do município. **(áudio 52.28 e 54.12 minutos da 2.ª gravação).** -----



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes, disse que já lhe explicou o passivo e se o Município trabalhar só com a descentralização de competências tinha resultados líquidos negativos. Sobre a despesa de marketing é referente a uma pessoa que trabalha com ele onde deposita total confiança para divulgar o Concelho.

O que Serralves trouxe para o Concelho de Caminha, Rui Chaves, Cabrita Reis, e outros, isto diz tudo sobre a visão de cultura e de abertura ao mundo que tem a coligação de direita.

Voltando à comunicação disse que durante muitos anos investiu-se mal em comunicação, e entre 2001 e 2013 em dois órgãos de comunicação que se tem no Concelho de Caminha, o Caminha2000 beneficiou de um apoio global no valor de 30 ou 40 mil euros; o Jornal Caminhense nesse mesmo período beneficiou de um apoio global de 600 mil euros, ora, essa falta de critério, não a entende.

Comunicar significa levar o Concelho mais longe através de divulgação em revistas, estar em feiras, e é esse caminho que se deve defender. **(áudio 54.13 e 59.00 minutos da 2.ª gravação).** -----

Termina a dizer que as contas apresentam um saldo positivo de 600 mil euros e que os critérios de avaliação das contas são os mesmos de justiça e rigor, mesmo quando foi ali defender resultados negativos. **(áudio 59.01 e 1.00.42 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou se; em 2014 assinou um contrato por ajuste direto com a empresa “Dignidade” de 270 dias de execução, com um custo de 5.500 mil euros mais IVA por mês;

Se no início do ano passado a dívida à Luságua era de 1 milhão e 100 mil euros e no final de dezembro era de 1 milhão e 600 mil euros;

Por último disse que ele diz mal da gestão do Senhor Presidente e não diz mal dos funcionários. **(áudio 1.01.03 e 1.03.08 minutos da 2.ª gravação).** -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o Senhor Deputado não diz mal da gestão da Câmara, perde é muito tempo a dizer mal dos funcionários da Câmara, com ameaças de processos judiciais e insultos. As pessoas que estão a assistir desde casa não conseguem perceber o contexto da resposta, porque o Senhor Deputado quando fala é cortada a intervenção, e deve entender que esta forma de fazer política prejudica a sua bancada.

A assessora é Rosa Sampaio que o acompanha e está ali presente, confia nela e sabe do percurso dela.

Sobre a Luságua disse que a dívida que está para trás tem um acordo de pagamento em prestações e aquilo que está a pagar é dívida corrente, e só depois de aprovar este saldo de 600 mil euros é que pode aproveitar para pagar à Luságua. (áudio 1.03.22 e 1.10.34 minutos da 2.<sup>a</sup> gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 09 votos contra e 02 abstenções.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes**, fez declaração de voto, e consideram que; não aceitam que sejam os caminhenses a pagar as gorduras municipais em alturas como a da pandemia; não aceitam que se cobrem os impostos no máximo; as contas foram aprovadas com reservas; não há uma linha neste relatório de contas sobre a dívida do Município ao Banco Europeu de Investimentos;

Recebeu mais dinheiro dos munícipes, mas não o utilizou para abater às dívidas e se paguem juros a 8%; aumentou de forma global o passivo municipal; os resultados apresentados são fruto de receitas extraordinárias e



## Assembleia Municipal de Caminha

não de um plano efetivo de controlo orçamento; este relatório de contas não revela a existência de uma linha matriz de desenvolvimento do Concelho de Caminha. (áudio 1.13.20 e 1.14.49 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### d) – Alteração Modificativa ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração Modificativa ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Modificativa ao Orçamento”, com a inserção da seguinte rubrica orçamental:  
01010304 – Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho;

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que não tem nada contra à alteração proposta, por se tratar de uma despesa com pessoal para novos postos de trabalho, no entanto, esta rubrica é apresentada vazia, não sabem o valor que lhe será atribuído, de onde é transferido, ou se a rubrica é inserida para ficar a zero. (áudio 1.17.25 e 1.18.01 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que não se pode inserir uma rubrica sem lhe inserir um euro, não é legalmente possível. Por isso, pergunta se vai cumprir com a Lei, vai acabar com os falsos recibos verdes, vai contratar a



## Assembleia Municipal de Caminha

termo os funcionários das escolas, vai inserir as telefonistas que tem no quadro, vai acabar com o trabalho precário. (áudio 1.18.19 e 1.21.27 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que no momento em que fez o orçamento, mesmo estando previsto durante o ano abrir concurso para recrutamento de pessoal, não o podia fazer porque não tinha nenhum concurso aberto, e vai fazer este procedimento porque hoje a Câmara tem mais condições financeiras para o poder fazer. (áudio 1.21.42 e 1.23.49 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e pergunta se já estão abertos os procedimentos concursais; e qual a rubrica que vai alterar para colocar dinheiro nesta nova rubrica. (áudio 1.24.10 e 1.25.08 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que já existe um procedimento concursal que foi aberto e tem a ver com a contratação de um jurista. (áudio 1.25.18 e 1.26.27 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 02 votos contra e 11 abstenções.

O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, fez declaração de voto e disse que optaram pela abstenção porque não constava valores na rúbrica, o que não torna o ato transparente. (áudio 1.28.08 e 1.28.30 minutos da 2.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **e) – Pagamento em Prestações da Execução Fiscal da Dívida à ADSE – Instituto Público de Gestão Participada**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Pagamento em Prestações da Execução Fiscal da Dívida à ADSE – Instituto Público de Gestão Participada**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos artigos 189º e 190º do Código do Procedimento e do Processo Tributário foi instaurado ao Município de Caminha pela Autoridade Tributária um processo de execução fiscal para cobrança de uma dívida à ADSE – Instituto Público de Gestão Participada, no montante de 647.541,42€;

O Código de Procedimento e Processo Tributário prevê no seu art.º 196º a possibilidade de pagamento de dívida em prestações, tendo o município usado deste preceito legal e requerido foi deferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira o pagamento da referida dívida em prestações.

Este plano de prestações vai decorrer por mais um ano económico, e nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo autorize o “Pagamento em Prestações da Execução Fiscal da Dívida à ADSE – Instituto Público de Gestão Participada”.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que a dívida à ADSE se encontra na fase de uma Execução Fiscal.

A dívida de mais de 600 mil euros, vai ser paga em 36 prestações mensais, em 3 anos.

Só após a citação do Município, e em face do estado do processo, é que o Município resolve pagar a dívida à ADSE, por esse motivo e perante as circunstâncias apresentadas, vamos votar favoravelmente este pagamento em prestações por ser a opção menos prejudicial para os caminhenses. **(áudio 1.30.52 e 1.32.53 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que ali está um bom exemplo daquilo que é uma boa gestão camararia e não dos funcionários.

Pergunta; a quantos anos correspondem estes 600 mil euros de dívida; vai aumentar ao quadro de pessoal, como vai pagar esta prestação mensal uma vez que vai ter mais gastos com a ADSE; está a pagar à ADSE mensalmente, ou está a acumular à dívida. **(áudio 1.33.17 e 1.38.15 minutos da 2.ª gravação)**. –

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que levar ali aquele documento é para dizer que seja validado porque ninguém quer mal ao Município.

Reconhecer um pagamento em prestações é um instrumento legal, e é favorável ao cumprimento das obrigações a que todos estão sujeitos e neste caso a Câmara Municipal.

Pergunta quais as razões que motivaram este incumprimento.

Ficou um registo positivo daquilo que não se conseguiu desmontar e passou a citar aquilo que está escrito pela Autoridade Tributaria “a *notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas para a executada resultante do pagamento da dívida de uma só vez*”, pelo que fica este registo que a CDU diria como positivo. **(áudio 1.38.37 e 1.41.06 minutos da 2.ª gravação)**. -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que aquilo que está ali em causa é pagar as dívidas que o município tem. E, durante muitos exercícios o dinheiro que tinha em cada ano não permitia pagar aquele exercício e a dívida que tinham, porém, hoje já se consegue fazer isso. Hoje, estão a tratar da ADSE, mas, posteriormente irão tratar a questão do Capital Social, da Caminhaequi e da Luságua.

Aquilo que tem a ver com a falta de pagamento à ADSE vem desde 2014.

Como referiu anteriormente teve que fazer uma opção entre ajudar as famílias, as IPSS e outras, ou pagar a estas entidades, e só no ano passado a dívida de médio prazo e curto prazo e à banca desceu, e como este acordo irão ali levar outros. (áudio 1.41.17 e 1.44.43 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**f) – Protocolo de Cooperação Financeira entre a Câmara Municipal de Caminha e a ADAM- Águas do Alto Minho para realização das empreitadas de construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas no Município de Caminha no âmbito do aviso de concurso n.º 05/REACT-EU/2021**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e vinte e



## Assembleia Municipal de Caminha

dois, relativa ao “**Protocolo de Cooperação Financeira entre a Câmara Municipal de Caminha e a ADAM- Águas do Alto Minho para realização das empreitadas de construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas no Município de Caminha no âmbito do aviso de concurso n.º05/REACT-EU/2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo autorize a celebração do “Protocolo de Cooperação Financeira entre a Câmara Municipal de Caminha e a ADAM- Águas do Alto Minho para realização das empreitadas de construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas no Município de Caminha no âmbito do aviso de concurso n.º05/REACT-EU/2021”.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que este Protocolo com a Águas do Alto Minho, destina-se à expansão da rede de saneamento em várias localidades e é uma necessidade que advém do Contrato de Parceria estabelecido com a empresa de Águas.

O Município de Caminha persiste na manutenção do Contrato com a empresa Águas do Alto Minho.

Tendo em conta o interesse dos munícipes, irão votar a favor deste protocolo. (áudio 1.48.51 e 1.49.35 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que este Protocolo é ruinoso para os municípios aderentes e tinha lá uma cláusula que a ERSAR proibiu que passou a citar “os contratos de serviço público que os municípios iam fazer com a ADAM passava para a ADAM todas as redes que eram do município, quer de abastecimento de água e de saneamento”.



## Assembleia Municipal de Caminha

A ADAM é uma empresa privada, que é constituída por entidades publicas, por isso não deixa de ser privada porque diz sociedade anonima e rege-se pelo código das sociedades comerciais.

A Câmara Caminha neste protocolo vai pagar uma diferença na construção de várias redes, e pergunta se em caso da extinção da ADAM se estas são devolvidas ao Município a custo zero. (áudio 1.49.57 e 1.54.43 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que este protocolo de cooperação financeira não é novidade, porque quando foi discutido em 2018 esta foi uma das matérias que serviu a argumentaria da CDU e vem provar que tinham razão.

Pergunta, quais as ações que estão previstas no plano de investimentos da ADAM para o município.

No ponto 3, da clausula 2.ª diz “*que as partes podem convencionar na realização de um acerto de contas*”, pergunta se podem, ou, vão fazer acerto de contas; e se for ultrapassado o orçamento o Município paga ou recebe.

Por fim disse que o voto contra da CDU não tem qualquer impacto na decisão que vai ser tomada, mas, entendem que esta chancela política tem que ser dada, pelo que vão optar pela abstenção. (áudio 1.55.05 e 1.59.24 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que é um aumento de despesa, mas como autarca encara isto como um investimento. A população da sua freguesia, de Seixas, Venade, Vila Praia de Âncora, Vile, Vilarelho, vão ter aquele princípio que foi aprovado nas moções iniciais, vai-se fazer Abril, vão ter direito como os outros, vai haver investimento e valorização do território.

Investir em saneamento, valoriza o futuro, está de acordo com o investimento.



## Assembleia Municipal de Caminha

Considera que este acordo com a ADAM está dentro daquilo que previam, pelo que vota a favor deste acordo. (áudio 1.59.44 e 2.02.26 minutos da 2.<sup>a</sup> gravação).

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que a rede de água e saneamento é do Município. O que fez o Município como os outros que pertencem à ADAM foi concessionar a utilização e aquilo tudo que tem a ver com reparações e reabilitações do sistema.

Está insito no projeto da ADAM que foi aprovado na Assembleia Municipal como nos outros Municípios que fazem parte do sistema da ADAM.

O Município ao estar inserido na ADAM pode em conjunto com os outros seis Municípios se candidatar a Fundos Comunitários e assim conseguir como agora 400 mil euros, o que seria impossível se estivesse sozinho, e não haveria obra/investimento nas diversas freguesias.

No passado dia 05 de abril saiu uma notícia na primeira página do “Jornal Público” diz *“Portugueses vão pagar mais, com o fim das tarifas abaixo de custo”* o que vem dizer que para aqueles Municípios que não estão integrados na ADAM, mas, vão pagar as tarifas da ADAM, porém, sem capacidade de investimento. Refere ainda que *“a aplicação do princípio de utilizador/pagador é essencial para equilíbrio de contas de um serviço no qual vai ser preciso investir idealmente 6,6 milhões até 2030. Um país em que muitos Municípios ainda entregam a água abaixo de custo, a estratégia Nacional no setor avança para o fim deste cenário o que pode levar a aumentos médios de 50% dos preços a cobrar pelo abastecimento de 1 metro cubico e pelo tratamento da respetiva afluente”*, Caminha já fez este esforço e já beneficia dele no investimento.

Este documento permite que a ADAM se torne dona da obra, aproveitando aquele que é o financiamento que o Município garante, pagando a componente nacional da percentagem que não é financiada. Mas, a propriedade da rede é do Município, está cedida à ADAM durante o seu período de vigência, porém se a ADAM terminar seja qual for a circunstância, a rede continua a ser do



## Assembleia Municipal de Caminha

Município e está inscrita no Património da Câmara Municipal. (áudio 2.02.38 e 2.09.50 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, fez declaração de voto e disse que a Junta de Freguesia sempre esteve contra a entrega das águas à ADAM.

Mas, como não houve outra alternativa e, a Freguesia beneficia votaram a favor. (áudio 2.11.35 e 2.11.55 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez declaração de voto e disse que votou a favor porque a ADAM trouxe outra qualidade ao Município de Caminha.

Com a ADAM seja qual for avaria eles são de imediato atendidos, o que não acontecia anteriormente. (áudio 2.12.18 e 2.13.34 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, informou que foram atingidas as 5.00 horas de reunião, pelo que propôs ao plenário se se vai concluir a sessão uma vez que apenas falta um ponto da ordem de trabalhos. Foi aprovado por unanimidade prosseguir com a sessão da Assembleia Municipal.



## Assembleia Municipal de Caminha

### **g) – Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea s), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do conselho Municipal de educação, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo aprove o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha para o mandato 2021/2025.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que a criação do Conselho Municipal de Educação decorre da competência desta Assembleia Municipal.

A criação do Conselho Municipal de Educação apresenta uma lista nominal de pessoas para serem votados, é necessário deter mais informação sobre essas pessoas, não necessariamente o seu currículo, mas uma informação simples que as identifique mais, para além do nome, e que justifique a sua inserção na lista de membros do Conselho.

Face à informação apresentada, optam pela abstenção. (áudio 2.14.53 e 2.13.34 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a coligação não vai ali falar sem fundamentos.

A lista que estão ali a votar é nominal, a qual deveria ser votada por voto secreto.

Numa observação política disse que deviam conhecer o curriculum das pessoas nomeadas.



## Assembleia Municipal de Caminha

A lista apresentada é meramente política porque os primeiros lugares são políticos, pelo que devia haver mais pluralidade na constituição da lista. (áudio 2.17.22 e 2.21.03 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, informou que aquilo que ali está em causa não é uma nomeação, mas, uma constituição nominal de representantes, não estão ali a eleger pessoas que pertencem à Assembleia, estão ali a eleger representantes que foram eleitos por diversas entidades.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e, disse que lhe parece razoável que tenham conhecimento das pessoas que aparecem na listagem.

Quanto à eleição na escola pública os quatro nomes que aparecem na listagem, foram submetidos a sufrágio, foi feita uma eleição secreta, onde o curriculum de cada um foi reconhecido pelos pares. (áudio 2.21.55 e 2.22.35 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e, disse que consta da lista, mas, foi eleito pelos seus pares na Assembleia Municipal para representar os Presidentes de Junta. (áudio 2.22.46 e 2.23.16 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e, disse que não tem dúvidas sobre aquilo que foram as escolhas das pessoas, está mais esclarecido, no entanto, opta pela abstenção, porque, não conhece o suficiente para poder votar em consciência nominalmente. (áudio 2.23.34 e 2.24.21 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H45M, do dia 28 de abril de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)